



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JANAINA RENATA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO SEXUAL E OS DIFERENTES PAPEIS  
SOCIAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO  
SUJEITO**

---

LONDRINA  
2010

JANAINA RENATA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO SEXUAL E OS DIFERENTES PAPEIS  
SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO  
SUJEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

Prof. Ms. Dr. Samira Favez Kfourri

LONDRINA  
2010

JANAINA RENATA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO SEXUAL E OS DIFERENTES PAPEIS  
SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO  
SUJEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Dr. Samira Fayez Kfour  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof.  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof.  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

## **DEDICATÓRIA**

*A todos que acreditaram em mim e me apoiaram diante das dificuldades durante o desenvolvimento deste trabalho.*

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a minha família por reconhecer o meu esforço diante deste trabalho, por sempre me incentivar nos estudos e acreditar que eu pudesse chegar até aqui.

Ao meu namorado que sempre esteve ao meu lado durante a construção deste trabalho, que me apoiou nos momentos de angústia, dificuldades e insegurança me fazendo acreditar que seria capaz de realizá-lo.

A turma 2000 pela boa receptividade para comigo, pelas grandes amizades que construí ao decorrer do curso e por todos os momentos que passamos juntas, compartilhando experiências, alegrias e tristezas.

A todos os professores que passaram pela minha vida, que puderam contribuir para a minha formação, de modo que alguns serão marcantes e com certeza terei de exemplo para mim.

Também agradeço pelos estágios que pude realizar durante o curso, me possibilitando o contato com diferentes realidades e práticas educativas, no qual vieram colaborar para minha formação.

Agradeço pelos professores dos estágios realizados, pela boa receptividade que tiveram comigo, tornando esse momento mais satisfatório.

Enfim, agradeço a professora Samira Fayez pela disponibilidade em construir juntamente comigo este trabalho, pelas horas de dedicação a leitura, pelos esclarecimentos de dúvidas, para que então este trabalho pudesse ser concluído.

SILVA, Janaina Renata da. **A educação sexual e os diferentes papéis sociais: contribuições para a formação do sujeito.** 2010. 55fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## RESUMO

Não é de hoje que falar sobre sexualidade causa desconforto. Mas não por isso o assunto deve deixar de ser discutido com pertinência conforme sua necessidade. Além de ser importante a sua discussão, é fundamental reconhecer que a sexualidade faz parte da vivência dos sujeitos, considerando o seu fator histórico e cultural no qual cada um constrói sua própria identidade sexual. Para isso se faz necessário ressaltar os papéis sociais que contribuem para a formação do sujeito, sendo eles: a família, a mídia e a escola. Este último papel, merece ser enfatizado, devido o seu caráter sistemático, problematizador, no qual não basta que os sujeitos recebam informações, mas é preciso argumentá-las, questioná-las, assim o mesmo não será apenas “ouvinte” e sim atuante no processo de ensino e aprendizagem. Para que o conhecimento seja construído de maneira significativa é preciso considerar a qualificação não só daquele (a) que aprende, como também daquele (a) que ensina. Então deve-se reconhecer a importância de uma educação inicial e contínua na formação, capaz de valorizar a articulação entre a teoria e a prática, de modo que o ensino e o aprendizado não se torne fragmentado e comprometido. Pois é esta a grande dificuldade apresentada com relação a esta temática, isso ocorre pela falta de um aprofundamento sobre o assunto, pela falta de pesquisa, estudos que busquem preencher as possíveis dúvidas que surgem. Assim é importante se atentar para que os sujeitos não sejam influenciados pelos meios informativos, por exemplo, a mídia, pois tende a emitir idéias “ingênuas”, sem que haja um rigor científico em suas produções. Diante disso a fim de buscar compreender as implicações acerca da sexualidade, utilizamos uma metodologia pautada na pesquisa de análise descritiva bibliográfica e documental, tendo como objetivo a reflexão sobre o trabalho desenvolvido na educação sexual, considerando a necessidade de articular a teoria com a prática, assim como reconhecer a importância da formação integral dos sujeitos. Por esse motivo destacamos o PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais, enquanto um documento norteador da prática educativa, tendo como meta a qualidade do ensino. Para que haja essa qualificação, é necessário o comprometimento e responsabilidade com a formação, seja ela dos educandos, como do próprio educador. É preciso à busca constante do conhecimento, afim de que a sexualidade não seja compreendida como algo ruim, resultante de uma pré-concepção estabelecida no meio social.

**Palavras-chave:** Educação sexual. Identidade sexual. Parâmetros curriculares. Qualidade. Ensino.

SILVA, Janaina Renata da. **A educação sexual e os diferentes papéis sociais: contribuições para a formação do sujeito.** 2010. 55fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

### **ABSTRACT**

Not today to talk about sexuality causes discomfort. But why not let the matter should be discussed with relevance as needed. Besides being important to their discussion, it is crucial to recognize that sexuality is part of the experience of the subject, considering its historical and cultural factors in which each person constructs his own sexual identity. For this it is necessary to highlight the social roles that contribute to the formation of the subject being: the family, the media and school. The latter role deserves to be emphasized, because its systematic character, problem-solving, in which not just the subjects receive information, but we must argue the case them, question them, so it will not just "listening" but active in teaching and learning. For knowledge is constructed in a meaningful way one must consider not only the qualifications that learning, but also that teaches. So one should recognize the importance of initial and continuing education training, can enhance the linkage between theory and practice so that teaching and learning does not become fragmented and compromised. Because this is the great difficulty presented with respect to this subject, this is the lack of a deepening on the subject, lack of research studies that seek to fill the possible questions that arise. So it is important to be aware that the subjects are not influenced by the news media, for example, the media, it tends to send ideas "naive", without a scientific rigor in their productions. Considering this to try to understand the implications about sexuality, we used a methodology based on the research of descriptive analysis literature and documents, aiming to reflect on its work in sexual education, considering the need to link theory with practice, as well as recognize the importance of education of subjects. For this reason we highlight the PCN – Parametro Curricular Nacional, as a guiding document of educational practice, with the goal of quality education. To have that qualification, it requires commitment and responsibility with training, be it the students, as the educator himself. It takes the constant pursuit of knowledge, so that sexuality is not understood as something bad, resulting in a pre-established concept in social life.

**Key words:** Sex Education. Sexual Identity. Curricular Parameters. Quality. Education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

MEC – Ministério da Educação e Cultura



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 NOÇÕES GERAIS SOBRE A ORIENTAÇÃO SEXUAL: CONCEITO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS EXPOSTAS PELOS AUTORES .....</b>	<b>13</b>
1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL .....	20
<b>2 TRANSFORMANDO O CONHECIMENTO INGÊNUO EM SISTEMÁTICO: OS “TABUS” E DIFICULDADES PRESENTES TAMBÉM NO AMBIENTE ESCOLAR .....</b>	<b>29</b>
2.1 DIFERENCIANDO OS PAPEIS .....	33
2.1.1 Preconceitos: Raízes Tradicionais (Família) .....	33
2.1.2 O Papel da Mídia na Formação dos Educandos .....	37
2.1.3 O Papel da Escola na Formação Sexual dos Educandos .....	39
<b>3 A IMPORTÂNCIA DOS PARAMETROS CURRICULARES ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA, PARA O TRABALHO SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL .....</b>	<b>46</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

O tema educação sexual é considerado polêmico, mas não por isso, deve ser enfrentado como um problema distante a ser resolvido. Pois a sexualidade se faz presente na vida do sujeito, ela é construída por meio das relações sociais, culturais com que este vem estabelecer em suas vivências.

Para isso a escola enquanto responsável pela educação tem como compromisso a formação integral do sujeito, deve ampliar os caminhos, transmitir valores e possibilitar a sua identificação, de modo que cada sujeito construa sua própria identidade sexual.

Assim cabe ao educador respeitar as diferentes crenças, valores, e que isso sirva de motivação para um diálogo, discussões e reflexões acerca da sexualidade.

Mas para isso, é fundamental que o educador tenha um preparo, ou seja, que busque por meio da pesquisa, subsídios para poder intervir de maneira eficaz, não comprometendo a formação dos educandos. Sendo que esta falta de comprometimento implica em um aprendizado fragmentado e distorcido, tendo como consequência a pré-concepção de que o sexo é algo ruim.

Desse modo, não basta orientar e informar, é preciso educar sistematicamente levantando questionamentos, argumentações para solucionar as possíveis dúvidas conforme vão surgindo.

Diante destes apontamentos o presente trabalho tem como objetivo a reflexão acerca de uma prática eficaz no que diz respeito à educação sexual, reconhecendo a importância da articulação entre teoria e prática e as possíveis consequências da falta de comprometimento com a formação plena do sujeito, resultando em uma compreensão deturpada e distorcida sobre a sexualidade acompanhada de pré-concepções e “aprendizagens” equivocadas.

Desse modo se faz necessário reconhecer a importância do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), enquanto um documento que serve de base para nortear a prática educativa, tendo como meta a qualificação do ensino.

Assim por meio de uma metodologia pautada na pesquisa de análise descritiva bibliográfica e documental, é que visamos ressaltar as implicações sobre esta temática no contexto social.

No primeiro capítulo buscaremos mostrar que há controvérsias com relação ao emprego do termo (Educação Sexual), pois alguns autores consideram que o conceito de educação e orientação sexual apresenta o mesmo significado, enquanto que para outros, há divergências entre um termo e outro, pois a grande questão está em refletirmos que orientar se resume a informar, enquanto que ao ser educado de forma sistemática, o sujeito não apenas recebe informações como também reflete sobre elas, tem autonomia, para modificar o conhecimento. Assim não apenas reproduz, mas passa a construir.

Neste mesmo capítulo faremos uma abordagem sobre as repercussões históricas da educação sexual no Brasil, seus avanços, recuos no decorrer dos diferentes períodos, ressaltando que não é de hoje que se faz presente o preconceito e repressão com relação à temática, e que estudar e falar sobre sexo com compromisso e responsabilidade vem sendo um desafio cada vez maior.

No segundo capítulo destacaremos a importância de associar a informação com a formação, para que assim possa ocorrer o pleno desenvolvimento do sujeito, implicando em sua própria modificação. Essa modificação está associada à construção de uma liberdade sexual no qual o sujeito será plenamente feliz com sua identidade sexual, livre de culpa ou opressões, preconceitos que muitas vezes é construído pelo próprio meio social.

Neste mesmo capítulo apresentaremos os diferentes papéis sociais que podem contribuir para a formação do sujeito, que são eles: família, mídia e escola.

A família pode ser compreendida como “fonte primária” de todo e qualquer tipo de educação, inclusive a da sexual, mas está sujeita a passar por dificuldades quando se tratando do diálogo entre pais e filhos, resultando em omissão de respostas, ou quando não a emissão de respostas equivocadas. Isso permite analisar que a educação sexual realizada pela família muitas vezes não atende a todos os aspectos no que se refere à sexualidade.

Além da família, ressaltaremos o papel da mídia na formação dos educandos, considerando seus pontos positivos e negativos, que tanto comprometem o conhecimento, devido à falta de rigor científico, mas que de certa forma vem favorecer a veiculação de informações, e assim possibilita o acesso a estas.

Também apresentaremos o papel da escola enquanto espaço formativo e para isso será preciso destacar a qualificação profissional (ou sua falta) com relação aos educadores em sua prática educativa.

Por fim, no terceiro e último capítulo enfatizaremos a importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais, enquanto um documento norteador da prática pedagógica, indicando como é possível o trabalho de forma eficaz, dinâmica e diferenciada, contemplando os conteúdos de maneira interdisciplinar.

## **1 NOÇÕES GERAIS SOBRE A ORIENTAÇÃO SEXUAL: CONCEITO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS EXPOSTAS PELOS AUTORES**

Primeiramente antes de expor as idéias dos autores precisamos compreender a distinção ou definição do que se refere à educação sexual e ou orientação sexual.

Há autores que optam por utilizar o termo orientação sexual, mas que segundo Werebe (1998) pode causar certas ambiguidades, sendo que este termo está mais associado a orientação “opção” sexual escolhida pelo sujeito, podendo esta, ser : homossexual, heterossexual ou bissexual.

Para Costa (1994 apud Santos e Bruns, 2000) a orientação afetivo sexual diz respeito à sensação interna do sujeito relacionada à sua capacidade para manter uma relação sexual ou amorosa com alguém. E essa capacidade poderá ser de natureza: homossexual, heterossexual ou bissexual.

De acordo com esta mesma compreensão Dinis e Luz (2007) considera que o termo orientação sexual pode ser melhor utilizado para se referir ao direcionamento do afeto no exercício da sexualidade em relação a outro sujeito. Por exemplo, quando se fala em uma orientação homossexual, heterossexual ou bissexual.

Nesse sentido segundo os autores, não cabe à educação “orientar” a sexualidade, pois a orientação sexual do sujeito é uma construção histórico-cultural, resultando de suas vivências singulares, que devem ser respeitadas.

Para possíveis intervenções de educação na sexualidade, prefere-se utilizar o termo educação sexual, assim:

Um trabalho de educação sexual significa problematizar a sexualidade, não no sentido de encará-la como problema a ser resolvido, mas de questionar as evidências, apresentar um leque de conhecimentos para que a sexualidade seja compreendida com um aspecto histórico-cultural e para que os discursos normativos que regem as construções de nossas imagens do masculino e feminino, bem como as diversas imagens de ter prazer com o próprio corpo e ou com o corpo do outro, sejam desconstruídos, permitindo novas vivências acerca da sexualidade. (DINIS; LUZ, 2007, p.82).

Werebe vem citar em sua obra que Figueiró (1996, p.59), ao realizar sua dissertação de mestrado sobre a “produção teórica no Brasil sobre educação sexual”, vem propor a padronização do termo educação sexual, por considerá-lo mais adequado, ressaltando que o sujeito é um ser ativo no processo de ensino e aprendizagem, portanto o mesmo busca sistematizar o conhecimento que adquire e não cabe a ele apenas receber informações ou “orientações” sem o exercício da razão. Assim, Figueiró (1996 apud Werebe, 1998) destaca que:

A educação sexual intencional compreende as intervenções deliberadas, sistemáticas, em geral regulares e planejadas, relativas ao domínio da vida sexual. Estas intervenções podem-se destinar a crianças, adolescentes e adultos e se realizarem dentro e fora do âmbito escolar. Seus objetivos são vários, e é a partir deles que se define seu conteúdo, sua pedagogia. A educação sexual intencional não se exerce sobre seres “virgens” em matéria de informação e vivência sexuais. (WEREBE, 1998, p.155, grifo do autor).

Conforme ressalta Sayão (1997, p.112) o conceito de orientação pode estar relacionado ao modelo pedagógico de não-diretividade, na qual tem o intuito de problematizar as possíveis dúvidas trazidas pelos alunos através de uma intervenção sistemática que favorece o esclarecimento das mesmas, por meio de questionamentos e ajuda a ressignificar os valores incorporados e vivenciados pelos jovens de modo com que estes aprendam sobre os valores que atribuíram para si.

Sendo assim:

No cotidiano escolar, quando se proíbe (ou inibe) certas manifestações, quando se intervém junto a um aluno que “se excedeu”, ou quando se convoca os pais para uma conversa reservada, em todas essas situações a escola está (re) produzindo certos valores morais, mais ou menos rígidos, dependendo do profissional que protagoniza uma dada situação. E é exatamente por reconhecer o importante papel da escola na construção dos aspectos concernentes à sexualidade que se fundamenta a proposta de que a escola realize a denominada orientação sexual. (SAYÃO, 1997, p.112).

De acordo com a idéia exposta é imprescindível que a escola possa refletir sobre o papel que exerce, sendo que querendo ou não contribui para a formação do sujeito. Para isso, se faz necessário o trabalho ético e profissional, de modo com que a escola possa ampliar o conhecimento dos sujeitos fazendo com que os mesmos reconheçam a diversidade de valores presentes na sociedade e

então através do conhecimento sistemático que o espaço formal possibilita, o aluno possa se identificar com um destes valores e adquirir sua identidade sexual.

Assim não cabe a escola invadir a intimidade dos educandos e impor valores aos mesmos, de acordo com aquilo que julga certo ou errado, sendo que a educação sexual realizada deve acontecer em âmbito coletivo, não tendo caráter de aconselhamento individual ou psicoterapêutico.

Essa mesma preocupação com a ação educativa se faz presente com Ribeiro (1990 apud Santos e Bruns, 2000) no qual vem ressaltar que a orientação sexual pode ser compreendida como intervenção institucional, na qual há o trabalho sistemático realizado por profissionais aptos a realizar esta função.

Mas para que de fato o trabalho desenvolvido seja efetivo, é necessário que haja o compromisso entre todos os envolvidos e que estes tenham uma postura crítica que possa contemplar os aspectos éticos e biopsicossociais da sexualidade humana.

Esse preparo se faz necessário porque é preciso considerar que a sexualidade é construída, assim como a educação e os valores, através das diferentes percepções e influências, sejam elas familiares, religiosas, culturais ou do ambiente.

Por isso é de suma importância que o profissional respeite as diferentes crenças e valores construídos por cada sujeito de modo que favoreça ainda mais o diálogo e discussão, possibilitando a ambos, seja educador ou educando, o seu pleno desenvolvimento. Santos e Bruns (2000, p.27) explanam que “Tal orientação é imprescindível para se formarem cidadãos críticos, conscientes de sua cidadania, de seus direitos e deveres e, sobretudo, de sua corporeidade”. No entanto, o que se percebe na formação dos profissionais da área de saúde e educação, é a carência de um referencial mais abrangente sobre a temática Sexualidade Humana. Na área educacional, como as licenciaturas, por exemplo, não se têm tanta preocupação com os temas relativos à sexualidade, e isso vem reforçar a fragmentação na formação do sujeito, sendo que esses profissionais, principalmente os da área da educação precisam ter o conhecimento necessário para atuar em sua prática educativa.

Mas precisamente no ensino Fundamental e Médio é que esse tema surge, então cabe ao educador conhecer, para solucionar as possíveis dúvidas.

Portanto, é preciso compreender que esse papel não deve se restringir ao docente de uma determinada disciplina como, por exemplo, Biologia ou Ciências, pois se pensarmos apenas no foco biológico a compreensão de sexualidade será comprometida.

Sendo assim:

No Ensino Fundamental e Médio, a abordagem de temas como menstruação, ejaculação, desenvolvimento corporal, dentre outros, quando existe, em geral é de responsabilidade do professor de Ciências ou de Biologia, os quais, conforme lembrado aqui, não abarcam a dimensão sociocultural e simbólica da sexualidade, restringindo-se aos aspectos biológicos do indivíduo. Desse modo, os alunos crescem mergulhados em dúvidas e, o que é grave, desinformados, perpetuam preconceitos, tabus e mitos acerca dos exercícios da sexualidade. (SANTOS; BRUNS, 2000, p.35)

Conforme mencionado, a má formação dos profissionais pode implicar que a educação sexual seja implantada sem o devido planejamento e competência.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de algumas escolas apresentarem abertura para implementar projetos educativos, mas que acabam se deparando com obstáculos, tais como: a resistência dos pais ou até mesmo dos próprios educadores e funcionários da escola. Isto ocorre devido à repressão sexual que até hoje se faz presente.

A maior preocupação em relação à educação sexual está relacionada à ausência de preparo dos educadores, sendo que na própria formação acadêmica, os mesmos não obtiveram qualquer registro sobre sexualidade. Esta lacuna não é preenchida nem por projetos pedagógicos nem tampouco pelo próprio currículo. Então se torna de fundamental importância um aprofundamento sobre esta temática proporcionando reflexões e discussões pertinentes em torno da mesma.

Para realizar a devida educação sexual são necessários princípios norteadores que condizem a uma educação integral, voltada para o exercício da cidadania em uma sociedade democrática que preza pelo respeito mútuo, assim como a diversidade de crenças e valores, em que o seu maior objetivo seja proporcionar a sexualidade de forma prazerosa e responsável na vida dos jovens. Considerando que esse tipo de educação deve adequar-se de acordo com a faixa etária dos mesmos, respeitando suas necessidades específicas.



A proposta de educação sexual é de proporcionar a atualização dos profissionais, de modo que estes venham se informar e que a escola abra espaço para a reflexão e sistematização sobre sexualidade, favorecendo então uma formação contínua dos envolvidos no projeto para esse tipo de educação. Porém essa iniciativa ainda é um desafio, considerando que a sociedade se encontra permeada de preconceitos e tabus, de imposições de valores e questionamentos, no qual os próprios educadores e os pais vêm reproduzir exatamente os padrões que são estabelecidos, talvez isso ocorra pela falta de preparação para lidar com tal assunto.

Os trabalhos desenvolvidos em projetos de orientação sexual e/ou educação sexual são de extrema importância, pois abordam vários temas tais como: DST/AIDS e métodos contraceptivos que podem evitar uma gravidez indesejada. Estes são temas freqüentes e instigantes, mas que na mídia e até mesmo na família não são abordados coerentemente. Sendo que o enfoque dado à sexualidade é diferenciado para meninos e meninas, pois o assunto não é tão discutido com as meninas por receio de estar estimulando precocemente a sua vida sexual e por conta disso os pais tendem a acreditar que suas filhas já aprenderam o suficiente na escola, com isso, a responsabilidade e o compromisso de orientá-las não acontecem. Então a filha despreparada ao receber a notícia de que está grávida, percebe que agiu irresponsavelmente.

Com relação aos meninos o enfoque sexual é outro, sendo que há o estímulo para sua vida sexual, no entanto, as devidas precauções também não são orientadas. Desse modo:

A educação sexual realizada pela família e pela mídia tem para os meninos outro enfoque. Em geral, estimula-se a sua iniciação sexual precoce sem, no entanto, deixar claras suas responsabilidades e o papel que devem assumir, isto é, na qualidade de coparticipantes de seus relacionamentos. (SANTOS; BRUNS, 2000, p.37)

Diante do exposto podemos entender que quem sofre com essa situação geralmente são as meninas que acabam engravidando e tendo que assumir a criança sozinha ou então quando não, realizam abortos arriscando sua própria vida e de seu filho, pois os meninos tendem a eximir-se da sua responsabilidade de

pai, ou então de outro fato decorrente da relação sexual, como no caso de uma doença.

Esse tipo de situação se faz presente pela falta de diálogo que deveria ocorrer com os pais como forma de prevenir e de orientar com responsabilidade e compromisso o relacionamento de seus filhos, que está sujeito a conseqüências, se acaso ocorrer de forma “ingênua”. Desse modo:

Os jovens, ao não encontrarem espaço para exporem seus conflitos, seus medos, suas angústias, acabam por recorrer aos próprios colegas, tão “instruídos” quanto eles e, conseqüentemente, permanecem com suas indagações, o que propicia o exercício da sexualidade de maneira fragmentada, do que decorrem, muitas vezes, conseqüências inesperadas e não planejadas como o drama de doenças sexualmente transmissíveis e/ou gestações inoportunas. (SANTOS; BRUNS, 2000, p.38-39).

Outro tema importante que também é trabalhado em projetos de orientação sexual diz respeito à AIDS que igualmente tem feito vítimas.

Para que os sujeitos sejam orientados e possam se prevenir são realizadas campanhas educativas, palestras sobre prevenção, algumas estratégias para tentar conter a doença.

Mas é muito importante que o trabalho realizado não seja apenas informativo, mas também formativo. Sendo que o papel desenvolvido pela mídia acaba apenas informando, e por isso apresenta temas relacionados à sexualidade de maneira bem superficial, de modo que não proporciona a auto-reflexão e discussão de um tema que está presente no cotidiano das pessoas.

Esses exemplos são alguns dos fatores que favorecem as iniciativas de programas em orientação sexual, sendo que não devem ficar restringidos apenas a estes. Segundo Santos e Bruns (2000, p.105) “A orientação sexual deverá transcender meras explicações biológicas e não estar associada apenas aos perigos e às doenças sexualmente transmissíveis”.

Para isso o trabalho de orientação e/ou educação sexual não deve ser superficial caracterizado pela dissociação do prazer, ou pela repressão sexual, mas é preciso o exercício reflexivo sistemático que promova o diálogo e a relação interpessoal dos indivíduos de forma autêntica.

Assim como a orientação sexual apresenta princípios norteadores, nela também estão presentes alguns eixos para seu desenvolvimento.

De acordo com Sayão (1997). É de grande relevância que o programa de orientação sexual seja desenvolvido a partir das dúvidas trazidas pelos próprios alunos. E para isso ela vem estruturar três eixos divididos didaticamente que podem ser trabalhados e que estão diretamente interligados, que são eles: o corpo humano, as relações de gênero e a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS.

Sendo que a abordagem que esta autora realiza concebe o corpo em sua totalidade, reconhece o seu aspecto biológico e erótico, e também considera as emoções, os sentimentos, as sensações, ou seja, o aspecto biológico deve estar relacionado ao corpo físico a qual sente prazer.

Como assunto presente nesses eixos, as relações de gênero são de fundamental importância no que diz respeito à orientação e/ou educação sexual, pois é preciso entender os papéis realizados entre homem e mulher, sendo que ainda estão presente certos privilégios dado a um sexo em detrimento de outro.

Desse modo se faz necessário trabalhar a equidade dos gêneros, que pode favorecer em uma reformulação dos papéis pré-estabelecidos socialmente, porém isto não implica em eliminar as diferenças de um e outro, mas possibilita a vivência singular de cada sujeito. E essa questão deve ser refletida na sexualidade, pois se refere ao relacionamento de homem e mulher.

Outro eixo abordado diz respeito às doenças sexualmente transmissíveis, com o intuito de promover a prevenção de doenças e buscar refletir sobre a sexualidade, de modo que esta, não seja apenas relacionada aos preconceitos e tabus em que na maioria das vezes é vista.

No entanto, é necessário que haja então esta ação educativa que possa articular a informação com a prevenção, logo é necessário que a escola seja de fato, espaço que favoreça o despertar do jovem para seus relacionamentos, dando oportunidades para que os mesmos manifestem seus desejos e assim realize o papel de orientá-los e educá-los adequadamente. Assim:

A orientação sexual, ao fomentar maior consciência de si e do outro e reconhecer como lícito o direito ao prazer, propicia às crianças e jovens melhores condições de buscar sua própria felicidade e exercer a cidadania de forma mais qualificada. Enfim, no trabalho

com sexualidade na escola, o que está em questão é a vida em uma de suas formas mais plenas. (SAYÃO, 1997, p.117).

De acordo com a idéia exposta pela autora verificamos que a educação integral, consiste em formar os sujeitos em seu sentido pleno, preparando-os para a vida, exercendo seu papel social de forma consciente e responsável em todos os sentidos.

A seguir mostraremos um breve relato sobre a Educação Sexual no Brasil, como forma de refletirmos sobre o seu papel na sociedade assim como sua repercussão histórica.

### 1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Segundo Guimarães (1995) com relação ao aspecto biológico o sexo é mencionado com grande importância considerando que uma simples célula que é fruto de um espermatozoide e um óvulo é capaz de criar uma vida, e essa vida passa a se construir de acordo com as trocas sociais que estabelece. Assim esse indivíduo aprende com as pessoas e com o mundo que o cerca.

Desta forma compreende-se que o sexo não é uniforme e que os comportamentos sexuais têm significados distintos para cada pessoa conforme o seu desejo individual e a influência cultural que recebeu.

Conforme relata este autor, o ato sexual deixa de ser repetitivo no aspecto biológico e passa a ser compreendido de diversas maneiras através dos elementos culturais e sociológicos ao qual está relacionado, superando então sua própria biologia que vem delimitar apenas aquilo que é evidente e possível através do corpo. Considerando que diferentemente dos animais o homem não utiliza o sexo apenas para a conservação da espécie.

De acordo com Guimarães (1995) acredita-se que nas formas mais antigas de convivência humana os homens desconheciam a biologia, de modo que ocorriam múltiplas uniões no interior das famílias ou grupo, sem considerar o tipo sanguíneo e o grau de parentesco.

O homem desconhecia o vínculo entre a sexualidade e a reprodução, porém já era estabelecida a divisão do trabalho em relação aos gêneros.

O processo repressivo acabou valorizando a mente em relação ao corpo uma vez que a “carne” representaria o “mal”, portanto seria inferior. Esse entendimento faz pensar que o sexo tem suas raízes nos tabus estabelecidos socialmente fazendo com que esteja relacionado a ele o sentimento de culpa ou o medo.

Segundo Guimarães (1995) a própria cultura reconhece que a força da sexualidade é “irracional” e que, portanto o sexo não pode ser compreendido “de fora”, mas pode ser melhor expressado através do silêncio e de gestos do que em palavras, sendo assim, a força instintiva acaba contrapondo à força de trabalho, sendo que a “energia vital”, ou melhor dizendo; a libido ora venha a pertencer ao mal, e ora ao bem, paralisando então a rotina produtiva e suspendendo o entendimento de que o sexo é algo proibido.

Portanto, o autor elenca justamente este ponto por meio de um espaço alternativo entre a ciência e o saber, no qual busca superar os preconceitos no processo do desenvolvimento sexual.

Ao se tratar sobre os avanços e recuos da educação sexual no Brasil, Guimarães (1995) vem fazer uma crítica relatando que a escola oferece muito pouco em relação ao compromisso cultural com os jovens, pois os mesmos são pensados no âmbito do “consumo” e não no aspecto político educacional do país. Desta forma, através dos diferentes meios de comunicação os jovens acabam recebendo informações fragmentadas relacionadas à sexualidade que na família e na escola acabam se “calando”, devido o receio que provoca.

Diante desta análise feita pela autora percebemos que falar sobre sexualidade sempre foi um desafio, pois nem todos reconhecem a sua importância e apenas consideram os conhecimentos básicos em relação ao tema, sendo que este acaba se limitando a informação, se tornando superficial e comprometido, justamente porque quando se fala sobre sexo não se busca uma explicação consistente, coerente e quando se procura saber sobre o assunto é apenas para satisfazer uma curiosidade. Sendo assim, analisamos que não é preciso esperar um tempo para falar sobre sexo, mas este assunto deve ser conversado desde cedo, para que o sujeito se mostre seguro e feliz com sua própria sexualidade.

Deste modo é interessante destacarmos algumas repercussões que o tema vem trazendo no sistema educativo em diferentes períodos, para demonstrar que a dificuldade em abordá-lo não se limita a atualidade.

Em 1930 o jornal *Diário da Noite* faz uma pesquisa e tem apoio em relação à educação sexual, porém as estratégias de ensino e os conteúdos programáticos não são bem aceitos. Visto que um colégio incluiu em seu currículo o ensino sobre a evolução das espécies, mas ressaltou apenas o papel feminino em relação à reprodução e somente em 1935 é que vem incluir o papel sexual masculino.

Conforme destaca Guimarães (1995), Marilena Chauí (1984) menciona o livro de Oswaldo Brandão da Silva sobre Educação Sexual publicado em 1938, no qual vem demonstrar o quanto este foi discriminado pelo conteúdo que representava, retratando assuntos como a iniciação sexual – educacional, sendo que na própria capa do livro já indicava que a leitura deveria ser reservada apenas aos meninos “de valor”, pois as meninas poderiam perder sua inocência.

No período anterior à década de sessenta, a igreja católica é que dominava o sistema educacional para a elite brasileira e mantinha severa repressão em relação à educação sexual.

No período de 1954 a 1970 o serviço de saúde pública do departamento de assistência escolar de São Paulo iniciou a instrução sexual a meninas das 4ª séries primárias, tanto as meninas como suas mães recebiam orientações sobre as mudanças sexuais na puberdade, entre outras informações que pudessem solicitar. A pessoa responsável por esta instrução era o “orientador sanitário”, ele ministrava aulas e também tentava passar essas informações para os professores.

As mães achavam muito importante esta iniciativa, pois considerava que através dessas informações as suas filhas, saberiam se defender das “más intenções dos rapazes”, e também poderiam estar precavidas de doenças venéreas, do homossexualismo e masturbação.

Em 1970 esse programa foi interrompido por determinação do MEC.

Algumas escolas aderiram à iniciativa do programa, mas grande parte das escolas considerava a iniciativa “inviável”.

Em 1961 a 1969 a educação sexual fez parte do currículo nos ginásios vocacionais, era desenvolvida como atividade normal dos trabalhos

escolares e era responsabilidade da coordenação da equipe de orientação sexual. O objetivo dessa abordagem era de formar valores, conceitos, ou seja, ir muito além da informação, de modo que os adolescentes pudessem refletir criticamente sobre o assunto e adotar posturas conscientes e coerentes.

Para que pudessem ter essa compreensão utilizavam como recursos: filmes, slides, como forma de facilitar a aprendizagem, se acaso fossem solicitados pelo aluno, os coordenadores ofereciam o atendimento individual.

De acordo com Werebe (1978 apud Guimarães, 1995), a deputada Júlia Steimbruck do Rio de Janeiro (RJ) apresentou um projeto de lei que favorecia a obrigatoriedade da educação sexual em todas as escolas do país.

Entretanto, em 1970, apesar desse projeto ter recebido apoio de alguns deputados, intelectuais e educadores não pode conter a opinião apresentada pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, que se pronunciou contra essa iniciativa. Diante desse fato podemos entender que o país apresentava um período de grande repressão resultando do fechamento dos Ginásios Vocacionais e Experimentais. Sendo assim os trabalhos desenvolvidos durante esse período acabaram sendo interrompidos no que resultou em um retrocesso. O país foi marcado pelo moralismo, puritanismo e medo, sendo que os trabalhos que se mantiveram não eram divulgados, por mais que não houvesse uma proibição legal.

Na segunda metade da década de 70 reaparece o interesse pela educação sexual, devido às mudanças no comportamento dos jovens no período pós 68 e também às influências dos movimentos feministas e de controle da natalidade. Assim a Educação Sexual passa a ser mencionada em programas de educação da saúde como exemplo, no Conselho Federal de Educação no ano de 1974 e em guias curriculares para o ensino do primeiro grau no estado de São Paulo (SP) de 1975. Porém a secretaria de educação deste mesmo estado impediu oficialmente a educação sexual nas escolas no período de 75 a 79 considerando que era responsabilidade exclusiva da família.

No final dos anos 70 e início dos 80, houve em São Paulo (SP) algumas iniciativas das redes públicas tanto do município como do estado.

No período de 78 a 80 houve congressos sobre educação sexual nas escolas, no qual se pôde verificar o grande interesse que o tema causava no âmbito educacional, mas as experiências acabaram sendo suspensas por conta de precárias condições de trabalho e por alterações político-administrativas.

Em São Paulo (SP) no período de 1979 a fundação Carlos Chagas realizou uma pesquisa com jovens de diferentes escolas e classes sociais para avaliar os valores relativos à sexualidade.

Nos anos 80 ocorreram muitas divulgações em relação às questões da sexualidade, os meios utilizados para veicular essas informações eram: serviços telefônicos, rádio, televisão (mais precisamente o programa de Suplicy) que favoreceu discussões e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto, além de congressos que também foram realizados contribuindo para o debate que pudesse incluir a educação sexual nas escolas.

No decorrer da década de 80 houve várias iniciativas na rede privada de ensino em diversos estados do país, até mesmo em escolas de orientação religiosa. Isso ocorreu devido o surgimento da AIDS e o aumento da gravidez precoce entre adolescentes, fatos que eram importantes para os educadores. Nesse período muitas escolas abriram espaço para que o tema sobre sexo pudesse ser discutido.

Em 1989 sob a responsabilidade do professor Paulo Freire, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo implantou a orientação sexual em escolas de primeiro grau e na educação infantil, sendo que na década de 90 a mesma iniciativa se fez presente com as redes municipais em outros estados.

Em 1997 o MEC (Ministério da Educação e Cultura) coordenou a elaboração dos “Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental”, cuja proposta vem trazer a orientação sexual como um dos “temas transversais” a serem abordados no primeiro grau através da interdisciplinaridade.

Diante dos posicionamentos referentes a estes temas, é necessário se ter consciência sobre o mundo e as diferentes influências que nele se encontram, uma vez que a sexualidade também se faz presente neste.

Sendo assim, o trabalho pedagógico não pode continuar a ser tratado como se fosse assexuado, considerando a “sexualidade” de maneira reprimida e distorcida, de modo que esta venha a se empobrecer e possibilite que tanto os docentes como os discentes a definam como “estranha”.

É necessário o comprometimento para superarmos essa alienação. Sendo que o educador precisa buscar cada vez mais o conhecimento para que a sua transmissão e sua ação mediadora não sejam fragmentadas e sem sentido.



Esse comprometimento diz respeito a sua formação continuada, a profissão docente, a qualidade do ensino e o aprendizado, para que de fato aconteça educação.

O compromisso remete ao educador refletir sobre sua ação, não apenas executá-la com diferentes e competentes técnicas, mas deve demonstrar que gosta do que faz e agir com intencionalidade.

Ao se tratar da sexualidade, tem que analisá-la enquanto pertencente a uma dimensão humana, que vai além de caráter biológico, pois é culturalmente determinada.

As informações sobre sexualidade quando transmitidas devem ser refletidas, pois o exercício da reflexão fará com que o sujeito se reconheça como “dono” de sua própria sexualidade e que possa viver bem de forma, saudável, feliz e identificar possibilidades para interferir em sua própria vida ou no social. Considerando que a educação sexual deve contribuir para a formação integral da personalidade do sujeito.

Contudo, é preciso reconhecer que a sexualidade é um fenômeno social e que, portanto, está sujeita as regras estabelecidas e estas é que vem direcionar o que é permitido ou não para que o homem conviva em sociedade. Essa idéia de permissão, proibição ou então o que pode ser perverso ou aceito é o que caracteriza o que percebemos como repressão sexual.

Esta repressão esteve e está vinculada aos mecanismos sociais que de certa forma controlam o exercício da sexualidade. Pertencentes a estes mecanismos está à educação, a família, a ciência e a Igreja. Por isso é importante que se reflita que de certa forma estas instituições tem colaborado para a “compreensão” sobre sexualidade, seja de forma positiva ou negativa.

Pois na maioria das vezes falar sobre sexo remete à repressão sexual, que ressalta apenas parte de sua trajetória, fazendo com que aos olhos da sociedade tenha o seu percurso acompanhado de pré-conceitos.

Santos e Bruns (2000) enfatizam a relação da sexualidade com a construção de gênero, fazendo referência aos papéis do homem e da mulher na família, que nem sempre foram os mesmos como atualmente.

Segundo destaca Santos e Bruns (2000) em sua obra, Chauí (1984) e Áries (1981) (2000), relatam que até o século XVI, a família existia como linguagem, instituição política e não como espaço domiciliar, sendo que as casas não apresentavam dormitórios separados, eram comuns e os pais dormiam junto

com seus filhos, os mesmos presenciavam a relação sexual dos pais, e isso reforçava a preocupação da Igreja com relação à fornicação e masturbação.

A família era o espaço onde os sujeitos estabeleciam as relações sociais em que cada um ocupava um papel hierarquicamente determinado e a concepção que se tinha sobre a infância também era outra, pois a criança era considerada um adulto em tamanho menor.

De acordo com a autora a concepção de família passa a ser modificada com a consolidação da burguesia no século XVI e XVII, em que a família passou a ser concebida pelo seu caráter conjugal. Então a casa passou a ser dividida em lugares comuns e privativos e a idéia de infância também foi modificada, sendo que agora é compreendida como fase distinta da vida que se inicia. Esta idéia se iniciou com Rousseau no século XVIII.

O filósofo delimita as idades assim como suas respectivas funções de acordo com o sexo, sendo que aos meninos cabia assumir responsabilidades sociais, que dizem respeito à paternidade e ao matrimônio, e as meninas o papel de mãe, aquela que ao mesmo tempo sejam firmes e sensíveis.

Segundo Santos e Bruns (2000) esta seria a imagem da família romântica do século XVI ao XIX, no qual há uma valorização do grande número de filhos no relacionamento, considerada benção de Deus, o que implicava para a classe dominante na necessidade de divisão patrimonial. Todavia, para solucionar essa divisão, era preciso deixar um primogênito como herdeiro, e os demais filhos, ou se dedicavam a vida matrimonial ou então religiosa. Isto favoreceu o controle da natalidade através de métodos contraceptivos, que, no entanto, era e ainda é condenado por parte da Igreja.

Entende-se por família moderna, àquela que hierarquicamente compõe os seus membros através do grau de parentesco que são unidos no amor através da livre escolha. O desenvolvimento deste tipo de família ocorreu com os processos de modernização, com a indústria e que propiciou a divisão sexual do trabalho de acordo com o gênero, tanto no que se refere à vida pública ou privada. Uma vez que a mulher assumia o seu papel de boa esposa, filha, dona de casa, sendo excluída da vida pública.

Ainda para complementar essa idéia, surge no século XIX o discurso médico como fundamento “científico” que vinha relatar diferenças entre o homem e a mulher favorecendo ainda mais a segregação da mulher na esfera pública.

A mulher era vista como um ser fisicamente frágil, delicado em contraposição ao homem que era fisicamente forte dominante e inteligente. “Desse modo, a mulher se realizaria, por sua natureza, como mãe e esposa devotada, e a realização masculina se daria por meio da paternidade e pela responsabilidade de prover material e moralmente a família”. (SANTOS; BRUNS, 2000, p.18). Assim podemos verificar que ocorria a desvalorização da mulher favorecendo uma desigualdade entre os gêneros.

Essa concepção de família conjugal, hierárquica acaba se modificando a partir da década de 60, quando a mulher passa a se inserir no mercado de trabalho, em atividades científicas, ou seja, também assume e passa a ser reconhecida na esfera pública. Isso possibilitou a redefinição dos papéis em relação ao gênero.

Neste contexto, reconhece que a mudança está relacionada à organização familiar. No Brasil, por exemplo, há um aumento de famílias “matrifocais”, ou seja, a família acaba sendo chefiada pela mãe, que se separa do marido e constitui a sua família novamente com um novo companheiro. Isso acontece no caso de divórcios, ou então quando são abandonados pelos pais de seus filhos. Porém ainda predomina a família nuclear, em que o domínio masculino se faz vigente ainda hoje ocorrendo uma hierarquia em relação aos papéis.

Além deste tipo de família, há aquela denominada “mosaico” em que os pais se separam, casam-se novamente e os filhos de suas respectivas uniões acabam morando dentro da mesma casa.

Também existem casos em que a família é formada apenas pelo pai e seus filhos, ou então famílias formadas por homossexuais e filho de um dos parceiros ou filho de ambos.

Há ainda o caso de filhos que são criados por avós, ou por babás, sendo que seus pais precisam trabalhar.

De acordo com estes modelos, vemos que o modelo de família nuclear, não é o único, mas há múltiplas formas de se compreender a organização familiar.

A família é de extrema importância, pois é um dos meios no qual os indivíduos têm acesso a informações por meio da educação que recebem, e será essa educação que gradativamente permitirá que o sujeito elabore sua própria visão de mundo e a forma com que irá se inserir socialmente. Considerando que no

ambiente familiar os valores, os papéis de gênero, assim como os preconceitos poderão ser construídos, reafirmados ou negados.

No entanto, de acordo com as modificações presentes na sociedade, nem sempre há o diálogo e espaço para discussão sobre sexualidade, devido à repressão sexual que ainda se faz presente.

De acordo com Santos e Bruns (2000) essas modificações implicam em adaptações e formas de reelaborar valores até então estabelecidos. Que não é uma tarefa simples como no caso da sexualidade, em que há anos atrás as mulheres mais novas não tinham permissão para o namoro, valorizando o “mito” da virgindade. Sendo que atualmente adolescentes realizam experiências sexuais precocemente e realizam outras funções que não eram permitidas como, por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho, proporcionando a sua independência financeira.

Essas mudanças entre os papéis sociais acabam sendo mais importantes para os homens, pois estes passam a experimentar situações que nunca tinham vivenciado, uma vez que, precisam se adaptar e reconhecer que não é mais o provedor principal, neste caso, devem passar a dividir as tarefas, antes realizadas apenas pela mulher.

Entretanto, estas adaptações muitas vezes não são aceitas pacificamente, considerando que os homens temem perder o seu poder masculino. Mas é fato que essas modificações estão proporcionando a reestruturação familiar.

## **2 TRANSFORMANDO O CONHECIMENTO INGÊNUO EM SISTEMÁTICO: OS “TABUS” E DIFICULDADES PRESENTES TAMBÉM NO AMBIENTE ESCOLAR**

A educação sexual deve abranger tanto o componente informativo, quanto o formativo, ou seja, não é uma ação que ocorre à parte da formação integral do sujeito, mas está diretamente relacionada ao conjunto de suas experiências em que ele próprio, organiza, seleciona, incorpora, modifica, ou cria novos conhecimentos de acordo com os que já possuem.

Porém, é preciso considerar que o conceito de educação sexual é amplo, sendo que exerce papel na formação histórica do homem, não apenas em seu sentido individual mas também “coletivo”.

A educação sexual pode se definir como forma de engajamento pessoal nos esforços coletivos, isso possibilita que os sujeitos se eduquem sexualmente, mas para isso é necessário que desenvolvam suas autonomias, os valores e atitudes que atribuíram para si diante da concepção sobre sexualidade, podendo combater com repressões, “tabus” sobre sexo.

De acordo com Figueiró (2006) esse modelo é denominado de “educação sexual emancipatória”, ou política, pois está comprometida com a transformação social. Segundo a mesma, esse modelo foi a princípio uma proposta defendida por Goldberg (1988, apud Figueiró, 2006).

Essa transformação social pode estar relacionada à construção da liberdade sexual, livre do sentimento de culpa e opressão muitas vezes atribuída socialmente. Esta liberdade também pode favorecer a eliminação de preconceitos sexuais. Para isso o educador deve trabalhar com seus educandos partindo do conceito de respeito às diferenças: por exemplo, a diferença entre os gêneros, como já mencionado no capítulo anterior.

Por isso, é necessário que os educandos compreendam que tanto o homem como a mulher precisam ser mais “flexíveis” com os seus papéis sociais, de modo a proporcionar o crescimento pessoal e afetivo de ambos, uma vez que nem homem, nem mulher são melhores do que o outro, e que devem merecer os mesmos direitos. Segundo Figueiró (2006, p. 41) isso pode ser compreendido como “resgate de gênero”.

O educador também deve realizar junto aos educandos outro tipo de resgate que ela chama de “resgate do erótico”. Esse resgate possibilita que o educando enfrente a sexualidade como algo que é bom e que está presente em sua vida e conseqüentemente possa eliminar a idéia de que o sexo é algo “ruim”, “feio” ou “vergonhoso”, e também a idéia de que o sexo é algo inteiramente erótico, desprovido de qualquer sentimento amoroso, respeitável, ou seja, implica na luta para superar a banalização do sexo. Sendo assim considera:

Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade ou de instinto, ou mesmo libido. Também não pode ser percebida como uma “parte ” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos, e sociais. (FIGUEIRÓ, 2006, p.42)

Segundo Britzman (1998 apud Figueiró, 2006), a sexualidade está relacionada à cultura, a política e conseqüentemente ao currículo. Porém a educação reconhece a sexualidade de forma ambivalente, sendo que esta ambivalência condiz com a sua definição. Se acaso a sexualidade for concebida apenas como práticas genitais, a preocupação para se estudar, se resumirá em como estudar e quando estudar. Mas se acaso ela for compreendida como pertencente à vida do sujeito, ela estará contemplada em todos os momentos, a curiosidade e o desejo em se aprender sobre o assunto será constante.

O tema deve ser trabalhado de forma interdisciplinar, pois a sexualidade é de fundamental importância para o aspecto social, só que, no entanto, é pouco trabalhado no conteúdo escolar, considerando que a escola vem enfatizar apenas conteúdos formais e enquanto que assuntos relacionados ao corpo, ao prazer acabam sendo reprimidos.

É necessário que este tema seja compreendido e trabalhado de forma sistemática, pois é um assunto muito amplo que gera muitas discussões e que por isso deve ser tomado o devido cuidado para não cair ao senso-comum, ou preconceitos.

O profissional lida com um grande desafio ao trabalhar com a educação sexual, pois em uma perspectiva tradicional (com relação às raízes familiares) o assunto é tratado com certo pudor ou preconceitos, falar sobre o assunto acaba sendo “problema” e isto também está presente no ambiente escolar quando educadores e funcionários, não são capazes de responder ou satisfazer a curiosidade de jovens, de assuntos extremamente importantes como uma gravidez, a homossexualidade entre outros temas que acabam sendo vistos como tabus.

Desse modo, muitos destes acabam mostrando rejeição ao trabalhar o tema, com receio de represálias, reduzindo a sexualidade à pornografia.

Guimarães (1995) vem fazer uma crítica sobre o papel que a escola exerce em relação à sexualidade, pois reconhece que a escola é um espaço comprometido com a formação social, mas que, no entanto, acaba se limitando a formalização dos conhecimentos, deixando de discutir, refletir e orientar sobre esse assunto presente no contexto social, pois assim como os conteúdos formais aprendidos na sala de aula, o sexo também precisa ser compreendido de forma sistemática e não apenas espontânea (senso comum).

É fundamental essa interdisciplinaridade, pois os conteúdos formais presentes no currículo escolar acabam sendo insatisfatórios para trabalhar sobre sexualidade, considerando que na Biologia ou em Ciências, por exemplo, o assunto é abordado de forma reduzida, fragmentada, impedindo uma total compreensão.

Sendo assim, percebe-se que o assunto não é discutido com educadores, coordenadores das escolas, mas as dúvidas que surgem acabam sendo solucionadas com amigos, namorados e pais.

Guimarães (1995) faz alguns apontamentos com relação a isto, ressaltando que o sexo é aprendido numa espécie de submundo escolar “mundo proibido” é nesse mundo que o assunto é discutido com amigo íntimo confidente e também com o grupo de “pares”. Isso ocorre porque na escola ele não é devidamente discutido, mas, no seu mundo os jovens acabam se deparando com tal assunto. Cabe a escola superar essa contradição, enfrentar esse desafio e buscar possibilidades para isso.

A educação sexual é um assunto polêmico e que, portanto não é revelada normalmente apenas no espaço escolar ou na família, mas é um tema que gera inquietação e curiosidade enquanto um fator social, histórico, cultural.

Educação Sexual é assunto polêmico e controvertido, tanto quanto a postura da sociedade diante do sexo. Como parte da condição humana, a sexualidade foi sempre objeto de interesse e reflexão do homem, que cada vez mais quis adentrar os significados diversos e profundos de sua natureza sexual (GUIMARÃES, 1995, p.23)

Para o estudo sobre sexualidade humana precisamos partir de uma ampla abordagem, considerando os fundamentos da Biologia, da Antropologia, da Filosofia entre outras disciplinas estão intrínsecos ao tema.

Sendo assim, não devemos dar ênfase a uma única disciplina em relação à outra, pois isto implica em fragmentar o conhecimento, considerando que as verdades observadas sejam parciais demonstrando apenas uma face do problema estudado, Guimarães (1995), conceitua esta verdade como: “verdade funcional”.

O funcionalismo é um método produtivo em sua aparência, mas que redonda improdutivo no campo social porque freia a emancipação do todo, pois mantém o desequilíbrio entre as forças que estão em jogo. (GUIMARÃES, 1995, p.26)

Com relação à educação sexual podemos perceber que muitas pesquisas foram desenvolvidas para buscar compreender o tema. Mas que na área médica acabou sendo explicada a partir de comportamentos isolados, quantitativos sem fazer referência ao fenômeno educacional e suas causas no contexto escolar.

Em relação à Ciência essas verdades parciais podem ser compreendidas como a acentuação de uma estigmatização de certos “problemas”, como no caso de uma gravidez na adolescência em que suas causas não são dadas o enfoque necessário.

Guimarães (1995) utiliza esse termo “problema” para caracterizar a forma com que a escola reconhece e enfrenta na prática o processo de desenvolvimento sexual. E para isso esta autora busca superar o problema e explicá-lo como uma produção sociocultural e individual pelo seu desejo particular.



## 2.1 DIFERENCIANDO OS PAPEIS

### 2.1.1 Preconceitos: Raízes Tradicionais (Família)

No primeiro capítulo mencionamos a importância da família, podendo esta ser compreendida como “fonte primária” de todo tipo de educação, inclusive a sexual. Porém a educação sexual realizada pela família muitas vezes não vem atender a todos os aspectos da sexualidade.

Isso ocorre porque os próprios pais encontram dificuldades para lidar com assuntos relacionados ao sexo, sendo que o motivo pode ser devido à falta de diálogo, que poderá implicar em fatores como: omissão de respostas ou então respostas erradas, ou pela dificuldade na comunicação que poderá ocorrer devido à ignorância, assim como a falta de tempo, entre outros.

Desse modo, em uma grande parte das vezes, a base da Educação Sexual familiar firma-se sobre pilasstras nas quais o autoritarismo, a fidelidade a crítica, às tradições e valores familiares, a imposição de valores pré-fabricados e a repressão à sexualidade são impostos e amplamente aceitos. (SANTOS; BRUNS, 2000, p.21)

Diante desta idéia a criança cresce sentindo-se culpada por experimentar o prazer que o sexo também pode proporcionar. Aprendem que é necessária a aprovação da sociedade por meio de ordens pré-estabelecidas e com isso o conformismo acaba tendo mais valor do que o próprio amor.

De acordo com Bernardi (1985 apud Santos e Bruns, 2000), a mídia vem apresentar um modelo de família ideal, no qual os seus membros são assexuados e os prazeres das relações que deveriam ocorrer entre os mesmos acabam sendo substituídos por falsos prazeres do consumo. Essas modificações implicam na constituição da identidade do gênero, assim como na percepção do mundo que o próprio sujeito vai construindo.

Por este conceito de gênero compreendemos que a própria sociedade vem criar o sexo “masculino” para o menino e “feminino” para a menina, e através disso determina o que é característico a cada um, tal como suas falas e atitudes.

Desta forma a identidade de gênero se torna pública, reconhecendo os diferentes papéis exercidos socialmente, porém nesta identidade também contém a identidade genital e afetivo-sexual que poderá ser homossexual, heterossexual ou bissexual. Sendo assim, Santos e Bruns (2000) remetem que “o processo da constituição de gênero não é, de forma alguma, natural: o indivíduo só vai se tornando homem ou mulher, valendo-se de suas relações interpessoais, o que é um processo histórico-social”.

Biologicamente homem e mulher nascem com cromossomos distintos, mas a sua identidade sexual irá se constituir no seu sexo cultural e isso fará com que ambos os sexos tenham um gênero ao qual irão se identificar mais.

Os fundamentos teóricos utilizados nesta pesquisa dizem respeito aos conceitos de natureza, cultura que são entendidos como base da sexualidade humana e também vem reconhecer a família como núcleo cultural e de suma importância para a compreensão da relação de sexualidade e educação. Pois é na família que surgem as bases das atitudes sexuais, que são muito mais culturais do que inatas, uma vez que a família tem um papel muito importante, pois ela acaba marcando a estrutura psicológica do indivíduo através de sua influência que pode ser positiva como também negativa.

Atualmente o cenário da sexualidade tem-se alterado no que diz respeito à família, mas, isso não implica em pensar e agir com total liberdade. Sendo que os constrangimentos decorrentes da sexualidade foram em parte modificados e em partes acomodados, ou seja, vem cumprindo as regras estabelecidas socialmente ao que se refere ao gênero feminino e masculino.

Essa modificação está relacionada à modernização de costumes sexuais que abarca uma série de fatores como, por exemplo, o desenvolvimento dos métodos contraceptivos hormonais no período de 1960, que permitiu que a mulher pudesse exercer sua sexualidade de forma mais tranqüila, tendo um menor risco de reprodução. E o homem que também pode experimentar diferentes práticas sexuais.

Esses exemplos vêm demonstrar os elementos que foram sendo desenvolvidos para reconhecermos o atual papel que a sexualidade vem exercendo conforme sua construção. Desse modo:

A análise sobre sexualidade de um ponto de vista socioantropológico implica tratá-la como qualquer outro domínio da vida social. Ela depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais. (HEILBORN, 2004, p.11)

Essa aprendizagem está presente na vida dos sujeitos por meio das relações a que estes vêm estabelecer, seja com pares ou com os próprios pais.

No caso dos jovens, a iniciação sexual é muito significativa, pois possibilita esta aprendizagem da dimensão relacional íntima, fazendo com que os mesmos conquistem sua autonomia frente às relações que vivenciam. Isto pode favorecer a relação dos pais com seus filhos. Porém, essa relação ocorre de forma diferenciada no tratamento entre meninos e meninas, como já mencionamos anteriormente.

A iniciação sexual não se resume a “primeira relação sexual”, mas trata-se de um longo período no qual o jovem, em contato com uma pessoa do sexo oposto possa atravessar, contemplando desde as carícias íntimas que proporcionará gradativamente o autoconhecimento e também o de sua parceira, entre conversas, dúvidas, anseios que também podem permear nesse percurso.

Muitas famílias compreendem a importância do momento de aprendizagem sobre a sexualidade entre os jovens, entretanto, algumas mães mantêm o diálogo com os filhos, enquanto que outras preferem nem se posicionar a respeito ou então se mantêm em silêncio não expondo sua opinião. Essa interação de pais e filhos é muito complicada, pois é preciso que os pais saibam lidar com o respeito ao outro e também valorizar a autonomia de seus filhos.

A sexualidade está presente na vida dos sujeitos, porém a sua presença muitas vezes acaba sendo ocultada, implícita, e conseqüentemente permeada de dúvidas e reprimendas.

Quando há o diálogo entre pais e filhos a respeito do sexo, o assunto é tratado de forma mais ampla de modo que possa abranger diferentes temáticas relacionadas a ele. O relacionamento que se dá entre pais e filhos estão vinculados a educação que estes recebem. O que poderá tanto favorecer a aproximação com o assunto, como o seu distanciamento.

Quando o tema da sexualidade vem ser abordado como discurso, causa essa certa distância, pois tende muito mais a advertir do que educar

sexualmente. Mas quando acompanhado de uma relação amistosa, se torna mais fácil o diálogo em torno do mesmo.

É de fundamental importância o diálogo entre pais e filhos, e estes devem compreender que a sexualidade está presente tanto na vida de seu filho, como em sua própria vida e que é algo que está em sua realidade, o que muitas vezes não ocorre, pois os pais tendem a tratar a sexualidade como algo “distante” da vida. Assim:

Fala-se genericamente da sexualidade, dos métodos contraceptivos, da AIDS, como se estivessem distantes, desligados da experiência do filho, apoiados em fatos exteriores, motivados, por exemplo, por reportagens de TV, filmes, “pontos de biologia”, ancorados na experiência de terceiros, raramente voltados aos interlocutores propriamente ditos. (BRANDÃO, 2004, p.81)

Diante desse fato, a sexualidade acaba sendo limitada, como algo de fora, que não faz parte do contexto, o que acaba dificultando a relação de diálogo.

Essa dificuldade está mais vinculada aos pais do que as mães, pois elas se esforçam para abordar tal temática e acabam se tornando mediadoras na comunicação com os seus filhos, e destes com o seu pai.

Por isso, é importante que se reconheça alguns fatores que podem acabar impedindo um diálogo de forma consistente, dentre eles: a separação conjugal, a mudança de residência que dificulta o contato com o filho, e até mesmo devido à falta de habilidade ou pouca disponibilidade para conversar sobre o assunto.

É importante compreender que o relacionamento familiar sustentado pelo diálogo, a reflexão e aos argumentos vem se constituir como um “ideal” a ser alcançado, e para que de fato ocorra de forma significativa é preciso tempo.

O tempo mostra que as relações familiares foram sendo modificadas gradativamente, considerando que atualmente os pais conversam muito mais com seus filhos, do que quando jovens conversavam com seus pais. Sendo assim:

Assinalam, sem exceção, uma modalidade de convívio com os filhos diferente daquela na qual foram socializados. No entanto muitos filhos e pais ainda não se posicionam quanto ao exercício sexual na adolescência, que os jovens mantêm, “às escondidas” ou não. Há que se reconhecer que pais e filhos, a despeito da difusão crescente de uma norma social de igualização das relações familiares, ocupam posições diferenciadas, assimétricas. (BRANDAO, 2004, p.82)

Deste modo, compreende-se que mesmo com a modificação na relação familiar ainda se faz presente aqueles pais que preferem não se posicionar frente a discussões acerca da sexualidade e diante desse tipo de situação os filhos tendem a manter suas relações às escondidas por receio de iniciar um diálogo.

### 2.1.2 O Papel da Mídia na Formação dos Educandos

A mídia tem utilizado tanto programas como outros meios de veicular informação aos jovens como, por exemplo, revistas, noticiários em que trabalham assuntos que acaba despertando o interesse dos mesmos, mas que, no entanto, acaba deixando a desejar por não apresentar um rigor científico em suas produções.

Considerando que o trabalho realizado deve ser feito com responsabilidade, que seja utilizada uma linguagem dirigida ao jovem, mas isto não consiste em apenas apresentar os escritos feitos em “gírias joviais”, mas é preciso demonstrar intimidade com o jovem, sem precisar utilizar “do jogo de sedução” para com ele, tendo como interesse a venda do sexo e não a formação necessária para a sua vida. Desse modo:

Não se trata apenas de falar ou escrever em linguagem coloquial, ou de usar gírias próprias dessa tribo. Isso é muito fácil. É preciso que o estilo lhes seja íntimo, para que possam ouvir. E, novamente, sem jamais deixar a posição de adulto e entrar, com eles, em um jogo de sedução. (SAYÃO, 1997, p.102)

Então é preciso deixar que os jovens se expressem, pois não reconhecer a sua linguagem consiste em negar as primeiras experimentações dele neste mundo de transformações que está sujeito a descobertas, receios e ansiedade até chegar à sexualidade.

Qualquer diálogo, escrito ou face a face, que se tente entabular com os jovens sem reconhecer sua linguagem e o seu estilo, tende ao fracasso. Ele poderá até “curtir”, como muito bem dizem, mas o aproveitamento será igual ao de quando lê um texto qualquer por pura obrigação, sem nenhum interesse pessoal. (SAYÃO, 1997, p.103)

Contudo, é necessário valorizar o conhecimento “ingênuo” que o jovem tem sobre o sexo, sendo concebido por eles com caráter de prazer e sacanagem, pois isto irá favorecer a sua reflexão, a escuta, assim como a mudança do pensamento que deixa de ter esse caráter de pré-concepção (ingênuo) para se chegar ao conhecimento de fato.

As informações trazidas pela mídia mostram o sexo ressaltando as funções do corpo desvinculada do prazer e da sacanagem que são expressas e compreendidas pelos jovens. Ao serem transmitidas essas informações por meio da mídia ou de um diálogo com os jovens sem considerar a sua opinião, a informação se tornará fragmentada e o mesmo não mudará sua concepção e tenderá a imaginar que a maneira que pensa sobre o sexo é a correta. Assim:

De nada adianta veicular as informações sobre o funcionamento do corpo de forma asséptica e desvinculada do prazer e da sacanagem, pois desse modo o jovem continuará do mesmo jeito que estava quando começou a conversa ou leitura. (SAYÃO, 1997, p. 103)

Por isso, deve-se ouvir as dúvidas que o jovem possa apresentar, sendo que nem sempre ele entende o que se passa consigo e com sua própria sexualidade, assim como os adultos também não os entende.

É de fundamental importância permitir ao jovem que ele próprio possa se conhecer e compreender sua sexualidade, por isso é necessário ouvir nas “entrelinhas” aquilo que ele gostaria de expressar, mais que por algum motivo não consegue, sendo que a forma de ajudá-lo também é proporcionar a sua reflexão diante da emissão de uma resposta dada.

Um fator relevante que a mídia exerce com relação à educação sexual é responder a essas possíveis dúvidas que surgem, sendo que neste ou em outro meio de informação a identidade pessoal do jovem é preservada, então o mesmo acaba perguntando “tudo” àquilo que gostaria de saber e que em casa, ou em qualquer outro ambiente acaba tendo receio em perguntar. Isto é comum em

colunas dos jornais, onde há essa abertura para que o jovem possa se expressar, na qual permite que dúvidas em comum possam ser solucionadas.

Sendo que é natural dessa fase a identificação dos problemas, de inquietações. Então nos jornais os jovens acabam tendo a oportunidade de se “abrirem” sem serem identificados. Assim educadores utilizam esses exemplos em sala de aula, para que seus educandos também possam ler refletir e se identificar com as publicações.

### 2.1.3 O Papel da Escola na Formação Sexual dos Educandos

Para ter um conhecimento mais elaborado sobre o tema referente à sexualidade, é necessário realizar uma reeducação sexual, que seja livre de preconceitos e repressões, Figueiró (2006) adota uma abordagem política emancipatória, quando se refere à sexualidade.

De acordo com esta emancipação o enfoque teórico seguido é o materialismo histórico ou crítico participativo, e este, entende que o fenômeno educacional é aprendido através da evolução histórica e social do sujeito que atua como ser reflexivo e participativo capaz de transformar a si e o meio em que vive.

Figueiró (2006) utiliza a metodologia qualitativa, que tem por objetivo a preocupação com o processo dos fenômenos estudados e não apenas com os resultados.

A autora vem realizar um estudo de caso e a partir de suas constatações podemos perceber que um número significativo de educadores têm se mostrado inseguro para desenvolver um bom trabalho com a educação sexual. Por isso ela faz a seguinte indagação:

O professor requer ser “preparado” para atuar em educação sexual, ou basta que sua dimensão de educador seja ‘despertada’? (FIGUEIRÓ, 2006, p. 35, grifo do autor)

Em complemento: O que é primordial para ‘acordar’ os educadores? Em que medida ser ‘acordado’ para o trabalho com a questão da sexualidade ajuda a aumentar a sensibilidade do educador para a educação como um todo? (FIGUEIRÓ, 2006, p. 35, grifo do autor)

Diante destas perguntas precisa-se refletir sobre a realização da prática com coerência, sem equívocos, e para isto Figueiró (2006) ressalta a importância do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) por ser um documento com propostas para orientar a prática docente com sua estruturação curricular, que estão presentes neste documento, sendo que o assunto sobre sexualidade é abordado nos temas transversais.

O PCN de 1ª a 4ª séries vem trabalhar com as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Artes Educação Física. Além destas disciplinas curriculares vem trabalhar com temas transversais.

Porém, este tema ainda se encontra numa posição marginal no currículo, alguns motivos para isto devem-se ao fato de não considerar a educação sexual como uma questão prioritária, sendo que não é colocada em prática na maioria das escolas, e quando são colocadas é por iniciativa de poucos educadores. Então o trabalho não acaba sendo eficiente, é criticado pela própria comunidade ou até mesmo pelos educadores que consideram que esta função educativa é papel da família e não da escola.

A inserção da educação sexual no PCN implica na reflexão, na formação contínua por meio das pesquisas sobre o tema, de modo que favoreça debates, argumentações, que orientem a formação do educador.

É de extrema importância a preparação do profissional de educação em orientação sexual, considerando que este esteja apto a informar para os sujeitos, assim como ajudá-los em sua formação por meio do seu trabalho com temas relacionados à sexualidade, de modo que entre em contato com a teoria realizando leitura de textos e uma pesquisa fundamentada, além de levantar discussões sobre temáticas específicas e suas múltiplas abordagens.

É preciso que o educador tenha um espaço para que possa sistematizar o seu pensamento, pois apenas os cursos teóricos não abarcam questões que são relevantes e que acabam surgindo no ambiente escolar por crianças e jovens.

Portanto, a importância da formação inicial que fará com que o educador aprofunde cada vez mais seus conhecimentos, que reflita antes de partir para a prática, evitando a insegurança, fraqueza ou problemas pessoais com relação ao tema e a falta de capacitação para argumentar sobre o mesmo. Mas deve



reconhecer que a auto-reflexão acaba sendo limitada, pois o educador terá segurança ao trabalhar a partir do momento em que se deparar com seus próprios limites e também o de seus alunos, ou seja, quando estiver inserido no contexto educacional.

Para que o docente forme alunos críticos, autônomos, ele mesmo deve assumir esta postura, através da busca constante do conhecimento, para que o educando tenha o interesse de fazer o mesmo.

Segundo Figueiró (2006, p.89) os fatores que podem impulsionar os professores na busca de conhecimentos são:

- O reconhecimento da complexidade de sua ação, assim como as dificuldades que enfrentam no processo de ensino e aprendizagem.
- As competências e funções que lhe são exigidas.

Diante desta questão buscamos mencionar não só a importância da formação inicial, mas como também de um estudo contínuo, sendo que ambos condizem à formação do educador e possibilitam o enriquecimento da prática e saberes do mesmo, e conseqüentemente a da aprendizagem dos educandos.

A formação dos docentes deve ser um processo na qual o objetivo maior esteja em buscar, aprender e refletir sobre os assuntos pesquisados de forma que favoreça a sua ação.

Essa reflexão pode ocorrer tanto individualmente ou em grupo onde todos têm a liberdade de expor suas idéias e assim cada um possa contribuir de maneira significativa tendo como foco o mesmo objetivo educacional.

Num sentido amplo, a formação continuada precisa ser concebida como um processo e deve dar-se num tempo não exíguo, com margem para que o professor possa pensar e repensar sua prática pedagógica e realimentá-la com as reflexões coletivas que realiza com todos os que integram a equipe. (FIGUEIRÓ, 2006, p.90)

A formação continuada diz respeito a todas as formas organizadas para aprimorar a prática do educador que pode ser através de cursos, grupo de estudos entre outros na qual está presente a reflexão e esta faz com que este reconheça a sua identidade pessoal e direcione o mesmo para o grupo de estudos entre docentes, proporcionando transformar suas ações, a si mesmos, aos educandos e o contexto educacional que atuam.

Esse tipo de formação deve estar apoiado em alguns pressupostos que de acordo com Alarcão (1998 apud Figueiró, 2006), o primeiro é que o educador seja sujeito de si e de sua ação, em que tanto sua experiência como sua realidade de vida sejam importantes para o processo.

O segundo é que este receba suporte, apoio, desafios ou estímulos durante o processo e que possa agir como mediador.

O terceiro vem considerar a escola como objeto da reflexão e da prática e o último pressuposto é conceber o educador como um profissional capaz de pensar e construir saberes e que sua ação não se reduza a função de técnico.

Celani (1988 apud Figueiró, 2006) vêm expor que a formação contínua precisa estar relacionada aos problemas enfrentados pelo docente na sala de aula, sendo que a sexualidade é uma das questões que mais tem trazido dificuldades para os educadores no decorrer de seus trabalhos, visto que a sua manifestação na escola acaba sendo deturpada, devido à maneira que a sociedade atual e a mídia a reconhece.

Há forte instigação em relação ao sexo e um rompimento com os valores morais e sexuais estabelecidos, isso pode ocorrer devido às transformações da sexualidade na sociedade.

Giddens (1993 apud Figueiró, 2006) ressalta esta mudança através do surgimento da autonomia sexual feminina, que vem exigir mudanças de comportamentos e pontos de vistas do homem e da mulher.

Também considera outro tipo de transformação que diz respeito ao surgimento do pluralismo sexual, em que a homossexualidade do homem, da mulher, assim como a masturbação ou o sexo oral tem deixado de serem “perversões” e passam a ser vistos como “possibilidades”. E todas essas transformações condizem ao processo de construção e reconstrução de identidade pessoal e conseqüentemente as interações sociais e isso acabam se refletindo em todos os espaços, até mesmo nas escolas em que os alunos muitas vezes demonstram aos professores interesse em falar e ouvir sobre o assunto.

A sexualidade então passa a ser analisada em dois eixos: sendo que por um lado os educandos querem saber sobre o assunto, pois o mesmo tem se acentuado cada vez mais, mas por outro, o próprio educador não sabe muitas vezes como ensinar, emitir uma resposta pertinente, devido à insegurança que traz, assim

como as dúvidas, os medos e os “tabus”, frutos da sua própria história e precária educação sexual.

Para evitar que isto aconteça o professor deverá refletir sobre questões relacionadas à sexualidade, repensando sobre o seu papel, e assim melhorar o seu relacionamento com os alunos, sabendo mediar no processo de ensino, de modo que cada um construa seus próprios valores. Assim o professor deve tomar atitudes corretas, respeitando o sentimento deles, assim como suas diferenças. Desse modo:

A formação continuada dos professores deve ser encarada como uma prática social, assim como o ato de ensinar também o é. Deve ser desenvolvida numa perspectiva segundo a qual o papel da escola seja concebido como o de formadora do indivíduo para o exercício da cidadania. (FIGUEIRÓ, 2006, p. 94).

Para isso é necessário que o docente saiba diferenciar uma simples informação de uma informação educativa, na qual possa contribuir de forma significativa para a formação de seus alunos, já que ocupa o papel de interlocutor de informações e por isso é importante que reconheça a quem está direcionando as mesmas.

O profissional da educação deve ter claro que todos os educandos passam por esta fase da adolescência a qual se refere à maturidade sexual fisiológica e isso implica em uma mudança radical, em que ele próprio acaba se tornando um desconhecido de si mesmo.

Este adolescente está sujeito a várias modificações dentre elas hormonais que favorecem vários tipos de excitações, sejam elas: sexuais, orgânicas ou psicológicas, em que este jovem vive e descobre o mundo e reconhece que não deve viver apenas respondendo àquilo que seus pais desejam, mas que acaba implicando no que Sayão (1997, p. 113) vem chamar de “conflito de gerações”.

Diante desta análise sobre os adolescentes e jovens, as quais recebem informações sobre educação sexual, faz-se necessária a realização de uma reflexão sobre o papel exercido pelo educador, sendo que cabe a ele proporcionar a qualidade do ensino fazendo com que estes jovens compreendam que a sexualidade está presente na vida do “homem” e que o mesmo está sujeito a vivenciá-la e a experimentá-la, isto se refere tanto aos alunos que ainda não tiveram oportunidade de conhecê-la enquanto “ato”, assim como o próprio docente, que

pôde experimentar. E então fazer com que compreendam que todos os seres são sexuados, que sentem prazer, enfim são sujeitos que são donos de suas próprias histórias.

Diante desta questão, o educador deve se sentir à vontade para conversar e se aproximar dos jovens, sendo que para isto ele deve assumir seu papel de adulto, sem medo de assumir suas intimidades, de fazer com que os jovens enxerguem que o corpo humano está sujeito e submetido a excitações, mas que também é um corpo que tem limite, que sofre, mas que proporciona e sente o prazer.

Para isso é necessário abordar todos esses assuntos quando se fala de sexo com o jovem, pois é através dessas discussões que o mesmo terá seu posicionamento em relação ao tema e aí atribuirá sua visão positiva ou negativa em relação ao sexo. Todavia é preciso tomar cuidado para que o assunto não seja tratado de forma moralista e invasiva em que o educador acabe expressando o seu posicionamento e comprometendo a intimidade dos educandos. Desse modo:

Nos trabalhos relativos à orientação, a distinção dos diferentes níveis da vivencia da sexualidade (o aprendizado, a descoberta e a invenção) nos auxilia a delimitar o âmbito de atuação e a concepção da orientação sexual, pois ela deve claramente se restringir à ordem do que pode ser aprendido, não devendo ser invasiva à intimidade de cada um ou tentando normatizar e/ou moralizar os comportamentos. (SAYÃO, 1997, p. 114).

Assim entendemos que ao responder as dúvidas, o docente deve ser claro e objetivo, sem expressar qualquer juízo de valor que possa influenciar no pensamento dos educandos.

Pois para que haja o diálogo entre educador e educando é necessário a abertura de idéias e opiniões em que ambos possam se sentir à vontade para falar e escutar, proporcionando o conhecimento recíproco sobre o tema. Sendo assim:

O trabalho do dia-a-dia na escola é realizado pelos professores, que mantêm com os alunos uma relação de grande proximidade. São eles, portanto, os profissionais que poderão contribuir para que seus alunos tenham uma visão positiva e responsável da sexualidade. (SAYÃO, 1997, p. 101).

Outra questão importante a ressaltar é com relação ao apoio que a escola deve dar a família, sendo que nem todos os pais reconhecem que os filhos cresceram e que querem saber a respeito de certos assuntos entre os quais, falar sobre sexo.

A escola então pode e deve auxiliar os pais para que também saibam lidar com este tipo de situação em casa, considerando que a escola deve saber que cada família tem os seus próprios valores que são transmitidos aos filhos.

Desse modo compreende-se que não é função da escola competir com a família nem mesmo ocupar o lugar que ela exerce, mas deve ter claro o papel que deve assumir, sendo que a escola ocupa um papel limitado na formação dos educandos de modo que respeite a opinião de cada um.

### **3 A IMPORTÂNCIA DOS PARAMETROS CURRICULARES ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA, PARA O TRABALHO SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL**

É preciso que as políticas curriculares trabalhem e orientem crianças e jovens sobre a sexualidade, fazendo com que estes não aprendam equivocadamente, pensando que o sexo é algo ruim ou vergonhoso.

A orientação sexual no PCN se faz presente por meio da transversalidade para que cada área do conhecimento retrate esta temática de acordo com a sua própria proposta de trabalho.

Os temas transversais não são novas áreas ou disciplinas criadas nos currículos, mas são importantes para a incorporação de discussões pertinentes às disciplinas já existentes e ao trabalho educativo da escola.

Para cada tema transversal existe um documento específico que de forma aprofundada apresenta os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas.

A construção da cidadania, o reconhecimento de direitos e deveres implica na compreensão da realidade social, na qual os temas transversais vêm discutir questões importantes e urgentes presentes na vida cotidiana que não tem sido diretamente contemplado pelas disciplinas curriculares, sendo que estes temas devem apresentar a mesma importância ao serem trabalhados de forma contínua e integrada nas escolas. “Pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade”. (BRASIL, 1997)

Por isso, é de fundamental importância que os alunos compreendam que os temas transversais estão presentes em sua realidade e que, portanto estão sujeitos a vivenciar tais temas.

É preciso que os alunos compreendam esses conteúdos não apenas como incorporação, mas como um conteúdo que possa ter uma relevância social e pessoal enquanto prática. “A transversalidade possibilita ao professor desenvolver o trabalho com uma abordagem mais dinâmica e menos formalista” (BRASIL, (1997). Os conteúdos dos temas transversais devem estar articulados as demais áreas do conhecimento, sendo que em seus documentos os diferentes temas apresentam conjunto de conceitos, procedimentos, atitudes e valores a serem ensinados e aprendidos.

Porém, esses temas acabam implicando no comportamento do aluno, considerando que essas características referem-se a princípios que são assumidos particularmente que são adquiridos através do convívio social de acordo com as normas e regras estabelecidas.

Essas características acabam provocando uma intervenção limitada da atuação escolar, pois não é a escola que deve impor os valores para o aluno, mas esses valores devem ser construídos através das diferentes relações sociais.

A escola deve fazer com que os alunos reflitam sobre os valores aos quais assumiram para si, proporcionando o autoconhecimento e a autonomia.

Assim os temas transversais presentes no PCN de 1ª a 4ª séries, retratam questões de Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual e nesta pesquisa o mesmo será utilizado por ser referência nacional que serve de base para o trabalho do educador.

Os parâmetros curriculares servem para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, sendo que é a partir deste, que cada instituição irá elaborar suas propostas pedagógicas, assim como a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Os parâmetros orientam o planejamento das aulas, assim como a reflexão para a efetivação de tais propostas na prática, considerando os procedimentos, métodos, recursos, e a didática utilizada pelos profissionais da educação. Por meio deles é que cada instituição irá reelaborar, renovar as propostas pedagógicas, portanto o mesmo deve ser flexível.

De acordo com o PCN – (Parâmetros Curriculares Nacionais) a temática da sexualidade é muito importante para a formação global do sujeito, e que, portanto é um assunto que deve ser discutido e pensado sistematicamente.

O Objetivo do Ministério da Educação e do Desporto, ao unir os Parâmetros, é apontar metas de qualidade que possa ajudar o educando a enfrentar o mundo contemporâneo como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, que reconheça os seus direitos e deveres na sociedade. Para isso a escola poderá contribuir para esse conhecimento, sendo que neste espaço de formação o mesmo é construído criticamente.

Atualmente, há reivindicação para se tratar tal tema nas escolas, pois fora dela, há certa dificuldade para abordá-lo coerentemente. Porém quando o

assunto é discutido, juntamente com ele são transmitidos certos valores que podem ser implícitos ou explícitos e estes serão importantes para a educação das crianças.

A escola deve problematizar e abordar os diferentes pontos de vista, os valores, as crenças que são construídas socialmente e possibilitar que o educando escolha seu próprio caminho, pois as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, assim o papel da escola deve ser complementar ao da família.

O PCN vem valorizar a formação específica do educador para tratar sobre sexualidade, que desempenha um papel não apenas intelectual, mas integral na vida dos alunos, faz com que eles reflitam sobre questões presentes em seu cotidiano e desta forma saibam como agir conscientemente diante de situações que condizem a este tema.

Este documento vem ressaltar sobre escolas que puderam realizar o trabalho de orientação sexual e que obtiveram alguns resultados significativos, como: o aumento do rendimento escolar, devido o alívio de tensão por ter o esclarecimento do assunto, o aumento da solidariedade e respeito entre os alunos.

É de suma importância que este assunto seja discutido, refletido, pois está diretamente vinculado às questões sociais e estas a princípios de cidadania. E é isso que a escola espera dos educandos, que se tornem críticos e atuantes na sociedade, que reconheçam as diferenças e que rompam com paradigmas e preconceitos.

O PCN auxilia na busca da qualidade do ensino, mas sozinho, não consegue solucionar os problemas que afetam essa qualidade, pois há vários fatores envolvidos para solucioná-los, abrangendo desde recursos financeiros (materiais) até os recursos humanos (formação contínua dos profissionais).

Através dos Parâmetros e referenciais que estão contidos nele, os profissionais da educação poderão orientar a sua prática, através da análise, das discussões, da pesquisa e conseqüentemente da reflexão que fará em relação aos conteúdos.

Este documento apresenta uma proposta flexível nas decisões sobre os currículos, pois é modificado de acordo com a realidade de cada instituição, e em relação aos programas empreendidos pelas autoridades governamentais e pelos docentes.



O conjunto das propostas encontradas nos parâmetros faz reconhecermos o país com suas diversidades e respeitar cada realidade, considerando suas especificidades. Por mais que o país apresente desigualdades e problemas devemos pensar no papel que a educação terá para poder superá-los. Considerando que a meta ideal é a crescente igualdade de direitos entre os cidadãos. E essa igualdade abrange todos os fatores: social, econômico, inclusive o educacional (cultural).

Os Parâmetros são estruturados partindo dos objetivos gerais do Ensino Fundamental que auxilia a compreensão dos educandos fazendo com que os mesmos sejam capazes de identificar direitos e deveres aos quais estão sujeitos, que compreenda a cidadania através da sua participação social e política.

O educando deve conhecer as características fundamentais do Brasil em suas dimensões sociais, culturais e econômicas, de modo que reconheça a sua identidade e pertencimento ao país de origem, compreendendo que dentro do país há uma pluralidade sociocultural e que, portanto, devem ser respeitadas as diferenças. Desta forma, o mesmo irá contribuir para a sociedade e para as interações com o meio ambiente de forma construtiva.

Compreende-se que estes objetivos apresentados no PCN vêm fazer uma análise interdisciplinar que podem ser trabalhados em diferentes conteúdos escolares, de modo que tanto os alunos como os professores assimilem e reflitam sobre as diversas áreas do conhecimento.

Para cada tema transversal existe um documento específico que de forma aprofundada apresenta os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas. Conforme este documento a sexualidade é compreendida inseparavelmente da vida e à saúde do ser humano. Assim podemos analisar que a temática sobre sexualidade tem se intensificado a partir da década de 70, por ser considerada importante para a formação global do indivíduo.

A partir dos anos 80, esse assunto foi discutido e trabalhado devido às preocupações dos educadores conforme o aumento de uma gravidez indesejada por parte de adolescentes e também pelo risco de contaminação pelo vírus da AIDS em alguns jovens.

Atualmente verifica-se que os pais procuram atribuir a responsabilidade de falar sobre sexualidade para as instituições de ensino, isso ocorre porque muitas vezes, eles não se sentem a vontade para abordar tal assunto.

Porém, a sexualidade não se limita a ser compreendida através do diálogo, mas as próprias atitudes, os comportamentos, expressões, valores que são aprendidos desde pequenos dentro de casa, contribuem para lidar com situações cotidianas.

Os valores atribuídos pela família serão de suma importância, pois a característica desses valores tenderá a influenciar no desenvolvimento educacional, neste caso, por exemplo, a religião ou a permissividade em excesso poderá contribuir para que a educação sexual possa ser construída.

Além destes tipos de influência, há outras fontes que contribuem para a formação sexual: como os livros, os diversos espaços de formação sejam eles formais ou não, a mídia que acaba contribuindo para o incentivo sexual através dos programas que utiliza. Além de programas eróticos, a mídia utiliza programas informativos, mas que acabam sendo vistos por todas as faixas-etárias fazendo com que as crianças vejam imagens ou escutem palavras que não compreendam, desta forma acabam construindo conceitos equivocados sobre a sexualidade.

Estes são alguns problemas que os educadores enfrentam, pois esse tema gera muitas dúvidas e que, portanto, cabe ao educador desenvolver uma reflexão crítica e educativa com os educandos, sendo que os profissionais de ensino assim como a instituição, acabam transmitindo valores ao manifestar atitudes em que proíbem ou permitem a ação dos mesmos. Sendo assim:

A escola, querendo ou não, depara com situações nas quais sempre intervém. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe ou permite certas manifestações e não outras, seja quando opta por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos naquele momento. (BRASIL, 1997b, p.113)

O não esclarecimento acaba gerando uma ansiedade e tensão. Neste caso, a escola deve oferecer aos educandos a resposta pertinente dessas indagações.

Nas escolas, o trabalho realizado sobre a orientação sexual está relacionado à saúde de crianças e adolescentes, pois promove a realização de ações preventivas, fazendo com que muitas pessoas reflitam e pensem antes de agir incoerentemente.

Para que a escola possa contribuir de maneira significativa nas prevenções de doenças sexualmente transmissíveis, é preciso que além de fornecer informações sobre o assunto ela tome medidas educativas, favorecendo a formação contínua dos profissionais da educação, fazendo com que os mesmos possam buscar cada vez mais argumentos, que tenham acesso a informações específicas para se tratar sobre sexualidade nas escolas, e que tenha uma postura consciente do seu trabalho, considerando que é um tema amplo e que, portanto precisa ser estudado, sistematizado antes de ser transmitido. Ao considerarmos a sexualidade presente na vida social, devemos compreender que está sujeita a problemas e implicações. Desta forma:

As informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção desses problemas. (BRASIL, 1997b p.114)

Assim, a implantação da orientação sexual nas escolas contribui para o bem estar das crianças e jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura, considerando que o sujeito é um ser histórico, pertencente a uma sociedade que atribui um conjunto de regras servindo de parâmetro para o comportamento sexual de cada um.

Primeiramente o assunto sobre sexualidade é abordado na família, sendo que os familiares é que irão atribuir valores aos quais consideram relevantes. Depois, esse assunto é tratado na escola e lá deve ter uma função complementar ao da família, abordando diferentes opiniões, crenças, valores, fazendo com que o próprio educando consiga manifestar o seu posicionamento através de uma reflexão sistemática e que é possível através da intervenção do educador como mediador de conhecimento.

O trabalho de orientação sexual na escola deve auxiliar os educandos por meio da problematização de informações e questionamentos sobre os mais variados assuntos relacionados ao tema, sendo que deverão estar dentro dos limites da ação pedagógica e não poderão invadir sua intimidade.

O papel da escola é informar sobre os preconceitos, os tabus e crenças existentes na sociedade de maneira objetiva sem utilização da opinião pessoal do educador decorrentes do cotidiano.

Por meio desta análise podemos considerar que discutir nas escolas as questões sociais e a construção de cidadania, remete a refletir sobre a postura do educador diante dessas questões, sendo que os educadores além de profissionais são cidadãos e devem pensar e agir criticamente na sociedade, pois é isso que os mesmos esperam dos educandos.

Contudo, sabe-se que tradicionalmente a formação dos educadores não contemplou um estudo contínuo, sistematizado em que pudesse ter essa consciência crítica, pois sua tendência era de possuir um comportamento autoritário no qual sua função se reduzia a transmissão de conteúdos.

O desafio para uma educação de qualidade está articulado a profissionais qualificados que pensem em uma formação contínua, que possa desenvolver com os educandos desde a formação de 1ª a 4ª séries, a reflexão e sistematização de conteúdos voltados para a formação política podendo proporcionar a compreensão das questões sociais.

Para o professor a escola não é apenas lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. É, também, lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidades. (BRASIL, 1997a, p.53)

Assim o ambiente escolar deve ser um espaço que venha possibilitar a criticidade dos sujeitos, sem atribuir qualquer juízo de valor, mas contribuir para diferentes conhecimentos por meio da gama de possibilidades, de caminhos que devem ser construídos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo buscar compreender o porquê da temática sexualidade ainda ser vista como um assunto polêmico no meio social. Que poucas vezes é discutido, mas quando é, acaba se tornando fragmentado e distorcido. Verificamos que isso se faz presente pela falta do esclarecimento pertinente as diferentes dúvidas que surgem em torno desta temática.

Na família os pais tendem a ter dificuldades em falar com seus filhos, sobre sexo, sendo que não sabem como iniciar uma conversa, sem precisar advertir, isso acaba provocando certo distanciamento, pois os próprios filhos acabam sentindo receio, medo de procurar os pais para esclarecer suas dúvidas, desse modo passam a recorrer aos amigos, namorados (as), ou outros meios informativos, por exemplo, a mídia que utiliza de programas que acaba divulgando imagens, ou informações que tendem a ser superficiais por não apresentar um rigor científico. Assim àquele (a) que recebe as informações tendem a compreender sem questionar e argumentar, acreditando que o que se viu ou ouviu é a mais pura verdade.

Esta dificuldade também se encontra no espaço formal, no qual os docentes não sabem como trabalhar, qual recurso utilizar, sendo que não compete aos mesmos impor qualquer juízo de valor a seus educandos.

Pudemos analisar ainda, que essa falta de conhecimento implica não só na formação dos educandos, como na do próprio educador.

Assim destacamos a importância de uma formação inicial e contínua, no qual este busque sistematizar os seus conhecimentos por meio de uma pesquisa fundamentada e que tenha subsídios para poder argumentar, a respeito da temática quando solicitada a sua intervenção no processo de ensino e aprendizagem e assim realize uma prática eficaz.

Para isso verificamos que o educador deve tratar deste assunto com naturalidade, reconhecendo que a sexualidade faz parte da sua vida, e que, portanto, não deve ser compreendida enquanto algo distante a ser estudado.

Com esse entendimento o mesmo saberá manter um diálogo aberto com seus educandos e isso irá favorecer a confiança deles com relação ao seu educador, assim como a sua própria autonomia sexual, garantindo assim uma segurança frente à sexualidade.

Um elemento importantíssimo que destacamos é o de que não cabe a escola tentar competir com a família sendo que o seu papel deve ser complementar, pois é preciso respeitar as diferenças, reconhecer que cada sujeito é único e que, portanto suas dúvidas, anseios, desejos também serão.

Este entendimento está presente no PCN, documento no qual consideramos pertinente enfatizar nesta pesquisa, pelo fato de tratar a sexualidade de forma interdisciplinar, enriquecendo assim a prática pedagógica, contemplando a formação integral dos sujeitos, de modo que a metodologia pautada neste documento retrate essa temática de forma mais dinâmica, interessante e qualificada.

Diante disso compreendemos que a sexualidade não é limitada, logo dentro desta temática surgem diversos assuntos a serem discutidos e levantados. O seu esclarecimento se dá pela busca constante do conhecimento, por meio de pesquisas, estudos sistemáticos a cerca do mesmo, sendo assim; não se limita a um fator biológico no qual o sexo acaba sendo reduzido à reprodução, mas deve ser entendido enquanto um fator histórico, social, cultural, no qual está sujeito a diferentes compreensões e valores. Cabe a escola sistematizá-los para que não se tornem superficiais, fragmentados e causadores de preconceitos e tabus.

Esta pesquisa não se encerra aqui, como mencionamos consiste em uma busca diária, de forma que o conhecimento seja fundamental para o exercício da prática, de modo que esta, não comprometa o desenvolvimento do homem gerando sua ingenuidade frente aos possíveis “problemas”.

Assim este trabalho tem o intuito de abrir novos olhares acerca da sexualidade e dos diferentes papéis sociais que dela fazem parte.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E. R. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. (Org.) **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.63-86.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, ética**. MEC/SEF,1997a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. MEC/SEF,1997b.

DINIS, N.; LUZ, A. A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar**, Curitiba, n. 30, p. 77-87, 2007. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewFile/11378/7924>>. Acesso em: 12 ago 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Londrina: EDUEL, 2006.

GUIMARÃES, I. R. F. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

HEILBORN, M. L. Família e sexualidade: novas configurações. In: HEILBORN, M. L. (Org.) **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.09-14.

SANTOS, C.; BRUNS, M. A. de T. **A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica**. São Paulo: Ômega, 2000.

SAYÃO, R. Saber o Sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3ª Ed. São Paulo: Summus, 1997, p.97-105.

SAYÃO, Y. Orientação Sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3ª Ed. São Paulo: Summus, 1997, p.107-117.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.